

Germina Brasil S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
Com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	2
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



**Shape the future
with confidence**

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Germina Brasil S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Germina Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 09 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'J. A. Navarrete', enclosed within a purple oval-shaped stamp.

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

Germina Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo circulante			Não auditado		Não auditado
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	1	115.591	1.358
Aplicações financeiras	4	8.861	-	10.264	-
Contas a receber	5	-	-	2.217	892
Impostos a recuperar		511	-	2.029	106
Adiantamentos a fornecedores		3.511	-	3.511	-
Outros ativos		161	-	700	265
Total dos ativos circulantes		13.054	1	134.312	2.621
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	12	-	10.184	-	-
Total do realizável a longo prazo		-	10.184	-	-
Investimento	6	139.900	19.376	-	-
Direito de uso em arrendamento	8	-	-	71.479	73.762
Imobilizado	7	179	-	51.442	25.965
Intangível		-	-	21	25
		140.079	19.376	122.942	99.752
Total dos ativos não circulantes		140.079	29.560	122.942	99.752
Total do ativo		153.133	29.561	257.254	102.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024 Não auditado	2025	2024 Não auditado
Passivo circulante					
Fornecedores	9	4.332	-	9.629	552
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	27	-
Partes relacionadas	12	67.068	-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	10	466	-	1.130	634
Obrigações fiscais		249	-	366	48
Total dos passivos circulantes		72.115	-	11.152	1.234
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	22.850	-	113.462	-
Partes relacionadas	12	-	3.700	-	3.700
Passivo de arrendamento	13	-	-	74.472	71.578
Total dos passivos não circulantes		22.850	3.700	187.934	75.278
Total do passivo		94.965	3.700	199.086	76.512
Patrimônio líquido					
Capital social	14	95.900	41.706	95.900	41.706
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.500	-	8.500
Prejuízos acumulados		(37.732)	(24.345)	(37.732)	(24.345)
Total do patrimônio líquido		58.168	25.861	58.168	25.861
Total do passivo e patrimônio líquido		153.133	29.561	257.254	102.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
			Não auditado		Não auditado
Receita operacional líquida	15	26.377	-	3.206	1.416
Custos dos serviços prestados	16	(18.945)	-	(7.161)	(2.153)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		7.432	-	(3.955)	(737)
Despesas gerais e administrativas	16	(5.778)	(1)	(10.316)	(7.451)
Equivalência patrimonial	6	(14.476)	(11.517)	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL		(12.822)	(11.518)	(14.271)	(8.188)
Receitas financeiras	17	2.410	-	11.387	241
Despesas financeiras	17	(2.975)	-	(10.503)	(3.571)
RESULTADO FINANCEIRO		(565)	-	884	(3.330)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(13.387)	(11.518)	(13.387)	(11.518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(13.387)	(11.518)	(13.387)	(11.518)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(13.387)</u>	<u>(11.518)</u>	<u>(13.387)</u>	<u>(11.518)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2024 (Não auditado)		41.706	-	41.706	-	(12.827)	28.879
Subscrição de capital social (Não auditado)	14	160.000	(160.000)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (Não auditado)		-	-	-	8.500	-	8.500
Prejuízo do exercício (Não auditado)		-	-	-	-	(11.518)	(11.518)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Não auditado)		201.706	(160.000)	41.706	8.500	(24.345)	25.861
Aumento de capital social	14	8.500	-	8.500	(8.500)	-	-
Integralização de capital social	14	-	135.000	135.000	-	-	135.000
Redução de capital social	14	(89.306)	-	(89.306)	-	-	(89.306)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(13.387)	(13.387)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		120.900	(25.000)	95.900	-	(37.732)	58.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
			Não auditado		Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(13.387)	(11.518)	(13.387)	(11.518)
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	6	14.476	11.517	-	-
Depreciação e amortização	16	13	-	1.667	2.742
Resultado na baixa de imobilizado	7	-	-	44	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	2.943	-	6.143	-
Amortização dos custo de captação de empréstimos e financiamentos	11	32	-	486	-
Rendimento de aplicações financeiras		(2.410)	-	(2.786)	-
Ajuste a valor presente sobre outorga	16	-	-	3.711	3.536
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(1.325)	(892)
Impostos a recuperar		(511)	-	(1.923)	494
Adiantamentos a fornecedores		(3.511)	-	(3.511)	635
Estoques		-	-	-	518
Outros ativos		(156)	-	(422)	(226)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		4.332	-	9.077	(336)
Partes relacionadas		67.068	-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais		466	-	496	119
Obrigações fiscais		249	-	318	(34)
		69.604	(1)	(1.412)	(4.962)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	-	-	(845)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		69.604	(1)	(2.257)	(4.962)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital social em controladas	6	(135.000)	(2.000)	-	-
Aplicações financeiras, líquidas		(6.451)	-	(7.478)	-
Aquisições de imobilizado	7	(197)	-	(25.731)	(10.368)
Aquisições de intangível		-	-	-	(21)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(141.648)	(2.000)	(33.209)	(10.389)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados	11	20.000	-	110.809	-
Custo na captação de empréstimos e financiamentos	11	(125)	-	(3.104)	-
Aumento de capital social, líquido de redução	14	45.694	8.500	45.694	8.500
Partes relacionadas		6.484	(6.499)	(3.700)	3.700
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		72.053	2.001	149.699	12.200
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		9	-	114.233	(3.151)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1	1	1.358	4.509
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		10	1	115.591	1.358
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		9	-	114.233	(3.151)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Germina Brasil S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 19º andar, sala 5, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia, por meio de sua controlada direta, Germina Baixio SPE S.A. (“Germina Baixio” e em conjunto denominadas “Grupo”), tem por objeto social, nos termos do Edital nº30/2021, publicado pela Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, relativo à concessão de direito real de uso no âmbito do projeto de agricultura irrigada do Baixio do Irecê - Etapas 3 a 9, (a) implantar a Infraestrutura de Uso Comum e explorar economicamente a área por meio de empreendimento agrícola; (b) administrar e participar de investimentos, como sócia ou acionista, na qualidade de holding de instituições não financeiras, em outras sociedades e/ou empreendimento correlatos.

Em 16 de setembro de 2022, a Germina Baixio celebrou o Contrato de Concessão nº 0.0187.00/2022, com base no Edital de Concessão nº 30/2021, intitulado Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Áreas Públicas e de Encargos Decorrentes (“Concessão de Direito Real de Uso” ou “CDRU”), com Opção de Transferência de Propriedade – Perímetro de Irrigação do Baixio do Irecê – Etapas 3 a 9, entre a Irrigação e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. O contrato tem por objeto a Concessão de Direito Real de Uso de áreas públicas, de forma a viabilizar a conclusão de obras de implantação da infraestrutura de irrigação, a operação e manutenção dessa infraestrutura e a ocupação de terras localizada no perímetro de irrigação denominado Projeto de Irrigação do Baixio do Irecê, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia. O CDRU tem vigência de 35 anos, contado a partir de sua data de eficácia, ocorrida em 06 de maio de 2023.

O Contrato de Direito Real de Uso tem validade formal desde maio de 2023 (data de eficácia). A Germina Baixio está em fase de obras das etapas 3 a 9 do projeto Baixio do Irecê (pré-operação) e, portanto, ainda não deu início às operações objeto do CDRU. A previsão do início das operações é 1º semestre de 2027. As receitas geradas no exercício corrente são decorrentes do segundo aditivo contratual, que permitiu à Germina Baixio cobrar os irrigantes ocupantes das etapas 1 e 2 pelo uso da água, sendo essa uma receita acessória não incluída no contrato original. Essas receitas acessórias são irrelevantes frente à receita esperada do projeto.

Em 2025, a Companhia encerrou o exercício com capital circulante líquido negativo de R\$ 59.061, decorrente de adiantamentos para a Germina Baixio referente a serviços a serem prestados no exercício subsequente. A Administração concluiu que essa posição não compromete a continuidade operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída no seguinte item:

- Capitalização de gastos em ativo imobilizado.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 19.

3. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido.

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. A equivalência patrimonial é calculada considerando as características das ações existentes nas controladas, o direito a dividendos das ações existentes e limites de remuneração das classes de ações existentes.

As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia

3.3 Receita de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

As receitas de abastecimento de água são reconhecidas quando da aferição do volume de água consumido pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.6 Ativo imobilizado

O Grupo reconhece ativo imobilizado referente a construção da infraestrutura relacionada ao Contrato de Direito Real de Uso, mensurado ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo imobilizado é mensurado pelo custo, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado por meio da vida útil estimada ou pelo prazo de contrato a partir da data em que os ativos imobilizados estão disponíveis para uso, dos dois o menor, já que o método de reconhecimento de depreciação pela vida útil ou prazo do contrato é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos;
- Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos;
- Veículos: de 5 a 10 anos;
- Instalações, edifícios e dependências: de 15 a 25 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.7 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo imobilizado, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar, são capitalizados no ativo imobilizado.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.9 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao imobilizado e execução de obras do CDRU.

3.10 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

3.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.16 Tributos sobre prestação de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, de forma que as alíquotas aplicáveis são de 1,65% e 7,60%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

3.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir.

Apesar de não apresentar suas demonstrações financeiras em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Grupo apresenta abaixo as normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor do IFRS, pois é esperado que elas sejam emitidas pelo CPC.

O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Administração do Grupo não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Banco conta movimento	9	1	9	2
Aplicações de liquidez imediata (a)	1	-	115.582	1.356
Total	10	1	115.591	1.358
<u>Aplicações financeiras</u>				
Fundos de investimento (b)	8.861	-	10.264	-
Total	8.861	-	10.264	-

(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (101,17% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (102,79% em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
		Não auditado
Contas a receber de clientes	2.217	892
Total	2.217	892

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aging do contas a receber é demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
		Não auditado
A vencer	324	196
Vencidos		
Até 30 dias	173	529
Entre 30 e 60 dias	172	167
Entre 60 e 90 dias	206	-
Acima de 90 dias	1.342	-
Total	2.217	892

O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperada à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, não há provisão para perdas para os saldos vencidos, visto que, conforme Segundo Aditivo do Contrato de Concessão, cláusulas 8.7.5.1 e 8.7.5.2, os saldos inadimplentes serão integralmente assumidos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF. Conforme definido no aditivo mencionado, os valores assumidos pela CODEVASF deverão ser, preferencialmente, deduzidos do valor devido pela concessionária em razão do contrato, portanto, não foi identificada a necessidade de provisão para perda de crédito esperada.

6. Investimento

(a) Composição do saldo

	Controladora	
	2025	2024
		Não auditado
Germina Baixio	139.900	19.376
Total	139.900	19.376

(b) Movimentação do investimento

	Controladora			
	2024	Equivalência patrimonial	Lucro não realizado (a)	Aumento de capital social
	Não auditado			
Germina Baixio	19.376	(7.044)	(7.432)	135.000
Total	19.376	(7.044)	(7.432)	135.000

	Controladora			
	2023	Equivalência patrimonial	Lucro não realizado	Aumento de capital social
	Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado
Germina Baixio	28.893	(11.517)	-	2.000
Total	28.893	(11.517)	-	2.000

(a) Lucro não realizado relacionado aos serviços de administração de obras de construção civil prestados à Germina Baixio, conforme previsto no contrato firmado entre as partes.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Informações financeiras resumidas da controlada

	<u>Participação</u>	<u>Total do ativo</u>	<u>Total do passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Saldo em 2025</u>
Germina Baixo	100,00%	318.521	171.189	(7.044)	178.705	147.332	139.900
	<u>Participação</u>	<u>Total do ativo</u>	<u>Total do passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Saldo em 2024</u>
Germina Baixo	100,00%	102.372	82.996	(11.517)	43.705	19.376	Não auditado 19.376

7. Imobilizado

	<u>Controladora</u>		
	<u>Equipamentos de informática e comunicação</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	-	-	-
Adições	171	26	197
Depreciação	(17)	(1)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>154</u>	<u>25</u>	<u>179</u>

	<u>Consolidado</u>				
	<u>Equipamentos de informática e comunicação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	343	22	3	15.367	15.735
Adições (Não auditado)	571	-	11	9.777	10.368
Depreciação (Não auditado)	(130)	(7)	(1)	-	(138)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	784	15	13	25.144	25.965
Adições	182	-	40	25.482	25.731
Baixas	(40)	-	(4)	-	(44)
Depreciação	(199)	(6)	(3)	-	(210)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>727</u>	<u>9</u>	<u>46</u>	<u>50.626</u>	<u>51.442</u>

Os valores registrados a título de obras em andamento referem-se, substancialmente, aos serviços em andamento vinculados ao desenvolvimento das obras de infraestrutura do projeto relacionado ao Contrato de Direito Real de Uso das etapas 3 e 4, cuja data prevista de conclusão é no primeiro semestre de 2027.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso

O Grupo reconhece como direto de uso a contraprestação paga ou a pagar (“Outorga”) relativa ao direito de uso de áreas públicas vinculadas ao Contrato de Direito Real de Uso mencionado na Nota 1.

Consolidado						
2025						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Saldo inicial	Remensuração (Nota 13)	Amortização	Saldo em 2025
Outorga	35	2,86%	Não auditado 73.762	(817)	(1.466)	71.479
Total			73.762	(817)	(1.466)	71.479

Consolidado						
2024						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Saldo inicial	Remensuração (Nota 13)	Amortização	Saldo em 2024
Outorga	35	2,86%	Não auditado 72.047	Não auditado 4.317	Não auditado (2.602)	Não auditado 73.762
Total			72.047	4.317	(2.602)	73.762

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	4.332	Não auditado -	9.629	Não auditado 552
Total	4.332	-	9.629	552

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias	227	Não auditado -	552	Não auditado 283
Encargos trabalhistas	156	-	378	248
Provisão de encargos sobre férias	83	-	200	103
Total	466	-	1.130	634

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento final	Valor contratado	Valor captado	Controladora	Consolidado
					2025	2025
Notas comerciais – 1ª emissão (a)	CDI + 4,80% a.a.	março/2028	10.000	10.000	11.653	11.653
Notas comerciais – 2ª emissão (b)	CDI + 4,80% a.a.	maio/2028	10.000	10.000	11.291	11.291
FNE – Irrigação (c)	8,36% a.a.	junho/2040	263.302	63.769	-	65.939
FNE – Inovação (c)	6,23% a.a.	junho/2040	51.020	6.127	-	6.283
FNE – Verde (d)	11,52% a.a.	junho/2041	30.458	20.913	-	20.940
Total			364.780	110.809	22.944	116.106
Custos de captação					(94)	(2.617)
Total					22.850	113.489
Circulante					-	27
Não circulante					22.850	113.462
Total					22.850	113.489

A movimentação das dívidas é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Saldo inicial	-	-
Captações	20.000	110.809
Provisão de juros (Nota 17)	2.943	6.143
(-) Pagamentos de juros	-	(845)
(-) Custos de captação	(125)	(3.104)
Amortização dos custos de captação	32	486
Saldo final	22.850	113.489

O saldo das dívidas não circulante, por ano de vencimento, é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
2028	22.850	31.000
2029	-	5.825
2030	-	5.825
2031	-	26.738
Após 2031	-	44.074
Total	22.850	113.462

- (a) Em 28 de fevereiro de 2025 houve a liberação de recursos no montante de R\$ 10.000, referente à 1ª emissão de notas comerciais, em série única junto ao Banco XP S.A., com vencimento final do principal e juros em 01 de março de 2028, corrigidas pelo CDI + 4,80% a.a.
- (b) Em 09 de maio de 2025 houve a liberação de recursos no montante de R\$ 10.000, referente à 2ª emissão de notas comerciais, em série única junto ao Banco XP S.A., com vencimento final do principal e juros em 08 de maio de 2028, corrigidas pelo CDI + 4,80% a.a.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Em 27 de junho de 2025, a controlada Germina Baixio firmou contrato de financiamento na modalidade de Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sendo segregado em linhas de crédito para Inovação e Irrigação, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O montante total do crédito é de R\$ 314.322, sendo liberado em tranches conforme a execução das obras.

Em 05 de agosto de 2025, houve a liberação do montante de R\$ 63.769 referente à linha de crédito Irrigação, com uma taxa de juros de 8,36% a.a., e R\$ 6.127 referentes à linha de crédito Inovação, com uma taxa de juros de 6,23% a.a. A amortização da dívida, principal e juros, tem início em 2028.

- (d) Em 27 de junho de 2025, a controlada Germina Baixio firmou contrato financiamento na modalidade de Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O montante total do crédito é de R\$ 30.458, sendo liberado em tranches conforme a execução das obras.

Em 08 de agosto de 2025, houve a liberação no montante de R\$ 20.913, com uma taxa de juros de 11,52% a.a. A amortização do principal da dívida tem início em 2028 e o pagamento dos juros incorridos é feito trimestralmente.

As notas comerciais captadas pela Companhia não possuem qualquer espécie de *covenants* ou outras obrigações contratuais.

Adicionalmente, considerando que as fianças bancárias se encontram vigentes e com cobertura integral do saldo devedor para a controlada Germina Baixio, o acompanhamento dos *covenants* financeiros destes instrumentos não é aplicável neste momento, conforme previsto contratualmente. O monitoramento será iniciado em caso de redução, vencimento ou liberação das fianças, conforme estabelecido nos contratos.

12. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
Ativo não circulante				
<u>Partes relacionadas</u>				
Germina Baixio (a)	-	10.184	-	-
Total de ativos com partes relacionadas	-	10.184	-	-
Passivo circulante				
<u>Partes relacionadas</u>				
Germina Baixio (b)	67.068	-	-	-
Passivo não circulante				
<u>Partes relacionadas</u>				
Arcos Saneamento e Participações S.A.(a)	-	3.700	-	3.700
Total de passivos com partes relacionadas	67.068	3.700	-	3.700

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Não auditado	2025	2024 Não auditado
Resultado				
<u>Receita operacional líquida</u>				
Germina Baixio (c)	27.820	-	-	-
Total de resultado com partes relacionadas	27.820	-	-	-

- (b) Refere-se a movimentações financeiras devido à centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (c) Refere-se a adiantamentos recebidos da Germina Baixio para a realização de serviços de administração de obras de construção civil a serem prestados, conforme previsto no contrato firmado entre as partes. Esses adiantamentos serão compensados com as medições mensais relacionadas à administração das obras. O saldo de adiantamento é apresentado líquido do saldo a receber no montante de R\$ 7.558.
- (d) Refere-se à realização de serviços de administração de obras de construção civil, conforme previsto no contrato firmado entre as partes.

Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante R\$ 1.879 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 2.929 (R\$ 1.592 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

13. Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	74.472	71.578
Total	74.472	71.578

Refere-se à outorga do Contrato de Direito Real de Uso a ser paga em parcelas à Codevasf. O passivo de arrendamento foi registrado quando da eficácia do contrato (data em que se inicia oficialmente a contagem do prazo de concessão de direito real de uso), a qual ocorreu em 06 de maio de 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 23.505 (R\$ 24.888 em 31 de dezembro de 2024), calculados com base na taxa média de 5,68% a.a.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação está apresentada a seguir:

Consolidado					
2025					
Passivo	Saldo inicial	Remensuração (Nota 8)	Ajuste a valor presente (Nota 17)	Pagamentos	Saldo em 2025
	Não auditado				
Outorga	71.578	(817)	3.711	-	74.472
Total	71.578	(817)	3.711	-	74.472

Consolidado					
2024					
Passivo	Saldo inicial	Remensuração (Nota 8)	Ajuste a valor presente (Nota 17)	Pagamentos	Saldo em 2024
	Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado
Outorga	63.725	4.317	3.536	-	71.578
Total	63.725	4.317	3.536	-	71.578

O saldo de outorga a pagar tem previsão de pagamento em 7 parcelas, reajustadas pelo IPCA até a data de cada pagamento, sendo o cronograma de pagamento conforme quadro abaixo:

		Consolidado	
Número da parcela	Prazo de pagamento	2025	2024
			Não auditado
2	maio/2027	7.899	9.365
3	maio/2028	5.990	6.742
4	maio/2030	11.107	11.266
5	maio/2031	13.073	12.593
6	maio/2032	9.721	8.895
7	maio/2033	14.495	12.601
8	maio/2034	12.187	10.116
Total		74.472	71.578

14. Capital social

Em 25 de abril de 2024, houve uma subscrição de capital social no montante de R\$ 160.000, mediante a emissão de 160.000.000 ações ordinárias.

Em 23 de junho de 2025, houve um aumento de capital social no montante de R\$ 2.000, mediante a emissão de 2.000.000 ações ordinárias, através da conversão de adiantamento para futuro aumento de capital anteriormente realizado.

Em 26 de junho de 2025, houve uma integralização de capital social no montante de R\$ 135.000, mediante a emissão de 135.000.000 ações ordinárias.

Em 28 de agosto de 2025, houve uma redução de capital social no montante de R\$ 43.706, mediante o cancelamento de 43.705.616 ações ordinárias.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de dezembro de 2025, houve um aumento de capital social no montante de R\$ 6.500, mediante a emissão de 6.500.000 ações ordinárias, através da conversão de adiantamento para futuro aumento de capital anteriormente realizado.

Em 05 de dezembro de 2025, houve uma redução de capital social no montante de R\$ 45.600, mediante o cancelamento de 45.600.000 ações ordinárias.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, parcialmente integralizado, é de R\$ 95.900 (R\$ 41.706 em 31 de dezembro de 2024), representado por 95.900.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de posse do River Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Ltda., sendo a única acionista da Companhia.

15. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
Receita bruta	27.820	-	3.580	1.608
	<u>27.820</u>	<u>-</u>	<u>3.580</u>	<u>1.608</u>
Vendas canceladas	-	-	(46)	(47)
Impostos sobre receitas	(1.443)	-	(328)	(145)
	<u>(1.443)</u>	<u>-</u>	<u>(374)</u>	<u>(192)</u>
Receita líquida	<u>26.377</u>	<u>-</u>	<u>3.206</u>	<u>1.416</u>

16. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
Despesas com pessoal	(6.908)	-	(7.677)	(3.340)
Instalação e mobilização	(1.316)	-	-	-
Locação de equipamentos	(648)	-	-	-
Depreciação e amortização	(13)	-	(1.667)	(2.742)
Despesas de viagens e estadias	(295)	-	(452)	(662)
Consultoria	(1.590)	-	(3.382)	(624)
Taxas e regulações	(31)	(1)	(392)	(490)
Despesa com energia, água, telefone e internet	(6)	-	(1.356)	(463)
Despesa com segurança e portaria	-	-	(482)	(282)
Aluguéis	(1)	-	(432)	(221)
Empreiteiros	(13.492)	-	-	-
Seguros e garantias	-	-	(271)	(242)
Outras despesas	(423)	-	(1.366)	(538)
Total	<u>(24.723)</u>	<u>(1)</u>	<u>(17.477)</u>	<u>(9.604)</u>
Custos dos serviços prestados	(18.945)	-	(7.161)	(2.153)
Despesas gerais e administrativas	(5.778)	(1)	(10.316)	(7.451)

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Não auditado	2025	2024 Não auditado
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	2.410	-	11.280	174
Juros recebidos	-	-	105	65
Outras receitas financeiras	-	-	2	2
	2.410	-	11.387	241
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente – outorga (Nota 13)	-	-	(3.711)	(3.536)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(2.943)	-	(6.143)	-
Descontos concedidos	-	-	(14)	(12)
Outras despesas financeiras	(32)	-	(635)	(23)
	(2.975)	-	(10.503)	(3.571)
Resultado financeiro	(565)	-	884	(3.330)

18. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Não auditado	2025	2024 Não auditado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.387)	(11.518)	(13.387)	(11.518)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	4.552	3.916	4.552	3.916
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(2.395)	(3.916)	-	-
Adições / exclusões permanentes	-	-	1	1
Imposto de renda diferido não constituído	(2.157)	-	(4.553)	(3.917)
	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não são reconhecidos pela Companhia e sua controlada, por não apresentar projeções de lucros tributáveis futuros nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía os montantes de R\$ 2.157 e R\$ 12.979 (R\$ 0 e R\$ 8.426 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente.

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros e Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Não auditado		Não auditado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	10	1	115.591	1.358
Aplicações financeiras (Nota 4)	8.861	-	10.264	-
Contas a receber (Nota 5)	-	-	2.217	892
Partes relacionadas (Nota 12)	-	10.184	-	-
Total	8.871	10.185	128.072	2.250

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários

Controladora				
2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 9)	4.332	-	-	4.332
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	22.850	-	22.850
Total	4.332	22.850	-	27.182

Controladora				
2024 (Não auditado)				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Partes relacionadas (Nota 12)	-	3.700	-	3.700
Total	-	3.700	-	3.700

Consolidado				
2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 9)	9.629	-	-	9.629
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	27	42.650	70.812	113.489
Passivo de arrendamento (Nota 13)	-	24.996	49.476	74.472
Total	9.656	67.646	120.288	197.590

Consolidado				
2024 (Não auditado)				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 9)	552	-	-	552
Partes relacionadas (Nota 12)	-	3.700	-	3.700
Passivo de arrendamento (Nota 13)	-	39.966	31.612	71.578
Total	552	43.666	31.612	75.830

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, em seu passivo de arrendamento e em seus empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Não auditado	2025	2024 Não auditado
Ativos				
Aplicações financeiras e fundos de investimento (Nota 4)	8.862	-	125.846	1.356
	8.862	-	125.846	1.356
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	22.850	-	22.850	-
	22.850	-	22.850	-

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Exposição	Risco	Taxa de juros	Controladora				
				Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativos								
Aplicações financeiras (Nota 4)	8.862	CDI	12,25%	1.086	1.357	1.628	814	543
Passivos								
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	22.850	CDI	12,25%	2.799	3.499	4.199	2.099	1.400
Operação	Exposição	Risco	Taxa de juros	Consolidado				
				Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativos								
Aplicações financeiras (Nota 4)	125.846	CDI	12,25%	15.416	19.270	23.124	11.562	7.708
Passivos								
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	22.850	CDI	12,25%	2.799	3.499	4.199	2.099	1.400

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

		Controladora				
Classificação	Hierarquia do valor justo	2025		2024		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
		Não auditado				
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2	-	10	10	1	1
Aplicações e fundos de investimento (Nota 4)	1	Nível 2	8.861	8.861	-	-
Partes relacionadas (Nota 12)	2	-	-	-	10.184	10.184
Total			8.871	8.871	10.185	10.185
Passivo						
Fornecedores (Nota 9)	2	-	4.332	4.332	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	2	-	22.850	22.850	-	-
Partes relacionadas (Nota 12)	2	-	-	-	3.700	3.700
Total			27.182	27.182	3.700	3.700

	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
			Não auditado			
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2	-	115.591	115.591	1.358	1.358
Aplicações e fundos de investimento (Nota 4)	1	Nível 2	10.264	10.264	-	-
Contas a receber (Nota 5)	2	-	2.217	2.217	892	892
Total			128.072	128.072	2.250	2.250
Passivo						
Fornecedores (Nota 9)	2	-	9.629	9.629	552	552
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	2	-	113.489	113.489	-	-
Partes relacionadas (Nota 12)	2	-	-	-	3.700	3.700
Passivo de arrendamento (Nota 13)	2	-	74.472	74.472	71.578	71.578
Total			197.590	197.590	75.830	75.830

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

20. Compromissos

A controlada Germina Baixio tem compromissos vinculados ao Contrato de Direito Real de Uso, que se dividem nos seguintes grupos:

- a) implantação da infraestrutura de uso comum;
- b) operação, manutenção e conservação da infraestrutura de uso comum; e
- c) ocupação da área concedida.

Os compromissos de cada grupo e prazos estão demonstrados no quadro a seguir:

Grupo	Compromisso	Prazo máximo para conclusão
Implantação da infraestrutura de uso comum	A Companhia deverá realizar a implantação das seguintes obras de infraestrutura de uso comum:	3 anos e 6 meses
	Estação de Recalque e Adutoras – Etapa 2	3 anos e 6 meses
	Implantação das Adutoras FP05, FP06 e FP08	6 anos
Operação, manutenção e conservação da infraestrutura de uso comum	Estação de Bombeamento - Módulo 2	
	A Companhia deverá apresentar à Codevasf o plano de gestão, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum do empreendimento. A Companhia deverá apresentar um relatório de acompanhamento das ações de operação, manutenção e conservação da IUC.	Atualização a cada 5 anos
Ocupação da área concedida	Ocupação da área concedida irrigável de 31,5 mil hectares, correspondente às etapas 3 a 9 do projeto de irrigação do Baixio de Irecê. As etapas são assim definidas:	6 anos
	Etapa 3 - 4,7 mil hectares	
	Etapa 4 - 3,2 mil hectares	8 anos
	Etapa 5 - 5,1 mil hectares	9 anos
	Etapa 6 - 5,5 mil hectares	10 anos
	Etapa 7 - 3,8 mil hectares	11 anos
	Etapa 8 - 5,2 mil hectares	12 anos
	Etapa 9 - 4,0 mil hectares	13 anos

Todos os prazos de conclusão descritos no quadro acima, tem início da contagem de tempo a partir da data de eficácia do Contrato de Direito Real de Uso.

Em relação ao grupo de Ocupação da área concedida, a ocupação das áreas irrigáveis será caracterizada por:

- a) terras em plena produção, no caso de cultivo de grãos ou, no caso de fruticultura, mudas das frutíferas plantadas;
- b) infraestrutura de irrigação parcelar em funcionamento, conforme anteprojeto apresentado pela Companhia à Codevasf; e

Germina Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) infraestrutura complementar em funcionamento (sistema de drenagem, sistema de suprimento de energia e sistema viário), conforme anteprojeto apresentado pela Companhia à Codevasf.

21. Seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura de seguros era composta por:

	2025	2024
		Não auditado
Responsabilidade civil	10.000	15.000
Riscos operacionais	30.000	30.000

22. Eventos subsequentes

Em 27 de março de 2026, a controlada Germina Baixio realizou o pagamento trimestral no montante de R\$ 525 referente aos juros do financiamento FNE Linha Verde.

Em 30 de março de 2026, houve uma redução de capital social no montante de R\$ 46.500, mediante o cancelamento de 46.500.000 ações ordinárias.

Em 1º de abril de 2026 a Companhia realizou a captação de recursos no montante total de R\$ 40.000, referente à 3ª emissão de notas comerciais, em série única, junto ao Banco XP S.A., com vencimento de principal e juros em 31 de março de 2029, com remuneração pelo CDI + 4,80% a.a.

Em 13 de abril de 2026, foi assinado por sua controlada Germina Baixio o 3º termo aditivo ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Áreas Públicas e de Encargos Decorrentes alterando a data de vencimento da 2ª e 3ª parcelas da outorga de maio/2027 e maio/2028 para maio/2028 e maio/2029, respectivamente.